



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 01 /23

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 28 DE
FEVEREIRO DE 2023**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre da Junta de Freguesia de Alcochete, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelpes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, Ana Lúcia Felgueira Maduro, Diogo da Silva Mourão, José Luís Nunes Catalão, Mafalda de Almeida Catalão, José João Pereira Tavares e João Agostinho da Costa Carapinha Espiga.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Álvaro Jacinto da Costa, Rui Miguel da Silva Mortal e Ana Cristina Tavares de Almeida Brandão.

Pelo Partido Chega:

- Cecília do Carmo Teles Brandão Martins.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Maria Manuel da Costa Maduro, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Leonel Cristóvão Cunha Fina, presidente da Junta de Freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Helena Paula Menezes Batista, por motivos profissionais, tendo sido substituída por João Nuno Navarro Monteiro Baptista Coelho (Documento anexo à Minuta da Ata).

Pelo Partido Social Democrata:

- Andreia Patrícia Silva e Sousa, por motivo de se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por João Pedro Vila Viçosa Louro (Documento anexo à Minuta da Ata).

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Patrícia Pinto Felizes Figueira, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por Joana Mafalda Gabriel Santos Nicolau, face a indisponibilidade de Nelson Roberto Nery Pinto também por motivo de ordem profissional e Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, igualmente por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Jorge Manuel de Sousa Sinquenique, dado as indisponibilidades de Fernando Martinho de Sousa Correia e Ana Mafalda Boieiro Marques, também por motivos de ordem profissional (Documento anexo à Minuta da Ata).

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o senhor presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e Ana Sofia Madeira Maduro e os senhores vereadores Dário João Ferra Moura, Luís Miguel Carraça Franco e Jorge Manuel Pereira Giro.

Faltou à sessão o senhor vereador Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado por motivo considerado justificado.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este período, ao abrigo da alínea c), do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a seguinte ata:

– **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 16 de dezembro de 2022**

Submetida à discussão, João Pedro Louro propôs a seguinte alteração:

Na página 7, 3.º parágrafo onde se lê: “João Pedro Louro, banda do PSD” deve-se ler: “João Pedro Louro, bancada do PSD”.

Submetida à votação, a ata foi aprovada por unanimidade, com a alteração proposta.

Não votaram: Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Álvaro Jacinto da Costa, Cecília do Carmo Teles Brandão Martins, Joana Mafalda Gabriel Santos Nicolau e Jorge Manuel de Sousa Sinquénique, por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código Procedimento do Administrativo.

Ao abrigo da alínea d), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Solicitou informação sobre:

- » Razão pela qual a placa que afirma a data e o momento em que foi remodelado o largo da República, em Samouco, foi arrancada e retirada do local;
- » Por que motivo aquando das obras de conservação do Campo de Futebol do Samouco só terem sido pintados dois lados do muro, enquanto o campo tem quatro lados de muro.

- Presidente da câmara

Referiu que as duas questões seriam facilmente respondidas pelo senhor vereador Pedro Lavrado, enquanto para si são de difícil resposta, porque

desconhece ambos os assuntos. Portanto não fazia ideia de que a placa que assinala a inauguração da requalificação do largo da República, no Samouco, não estivesse no seu lugar e quanto ao Campo de Futebol do Samouco sabe que o mesmo foi alvo de algumas intervenções que ainda não estão terminadas, sendo que para si não faz sentido se pintar uma parte e não se pintar a outra. Reafirmou que no momento não dispunha de condições para responder de uma forma mais objetiva às duas questões, pelo que iria averiguar para responder às questões na próxima sessão da Assembleia Municipal.

– Rui Mortal, bancada da CDU

Questionou sobre:

- » Se já estava resolvido o problema de abatimento de terras na estrada da Barroca d'Alva, sabendo, contudo, que a mesma ainda se encontra condicionada à circulação de veículos ligeiros;
- » Ponto e situação da Estrada de Vale Figueira, dado se ter verificado um desabamento de terras e que na presente data se encontra cortada ao trânsito. Obra de requalificação que foi terminada com atraso e defeituosa.
- » Recolha de lixo no Passil, dado que lhe foi comunicado que no descampando, junto ao restaurante “Cardoso” existe um acumulado lixo que está há vários dias sem recolha.

– Ana Luísa Lourenço, bancada da CDU

Quanto à Estrada de Vale Figueira que se encontra a ser alvo de obra e cortada ao trânsito, interrogou porque não existe sinalização a indicar a impossibilidade de circulação à entrada da rua, junto à rotunda, dado que assim, os automobilistas só se deparam com a impossibilidade de circulação praticamente junto à obra.

– Presidente da câmara

No que diz respeito à estrada que liga Alcochete à Barroca d'Alva, informou que o trabalho que terá de ser desenvolvido é um trabalho com alguma complexidade, pelo facto das águas que atravessam essa estrada (em mais de dois locais). É um trabalho que está a ser acompanhado pelos técnicos da Divisão de Obras Públicas da autarquia, bem como pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.

Relativamente à Estrada de Vale Figueira, referiu que tinha ficado com dúvida se o deputado afirma que é uma obra defeituosa ou se afirma que apareceu algum defeito no decurso do finalizar da obra. Salientou que o empreiteiro que realizou a obra era o mais especialista nas áreas de reabilitação, requalificação e implementação de piso betuminoso. Considera que defeituoso era o estado em que se encontrava aquela via antes da obra, que para além de se encontrar intransitável, não dispunha de saneamento básico. Presentemente, o cenário é completamente diferente. De facto, surgiu um defeito no período pós-obra, porém, isso é diferente de apelidar a obra de defeituosa.

Informou que o defeito surgiu pelo facto de existirem valas com mais de 5 metros e na altura de realização da obra se ter vivido um período de alguma chuva intensa, o que provocou um abatimento. Neste momento, a obra está a ser intervencionada, no sentido de serem substituídas as infraestruturas que ficaram danificadas e que se encontram situadas a 5 metros de profundidade. Para que as terras fiquem devidamente compactadas, irá ser colocada uma primeira camada de desgaste que irá ficar nessas circunstâncias por um período temporário e só quando os técnicos entenderem que já não existe a perigosidade de as terras voltarem a abater, então será colocada a camada final. Todo o trabalho que está neste momento a ser realizado e todo aquele que será desenvolvido a montante, depois do período de compactação das terras, estão integrados na garantia da respetiva obra, pelo que não representa para o município um custo acrescido.

Quanto à sinalética, transmitiu que a estrada não foi interdita ao trânsito no seu início, dado que a mesma é transitável até um determinado ponto, contudo,

considera que deveria ser colocado um sinal no início da estrada, dando a indicação de que a estrada está em obras.

Relativamente à questão de recolha do lixo no Passil, informou que desconhecia a existência de algum problema, pelo que irá verificar o que se passa, dado que não é normal nos dias de hoje acontecer o lixo estar vários dias sem ser recolhido, mas se tal está a acontecer será naturalmente resolvido a breve trecho.

– Rui Mortal, bancada da CDU

Respeitante à obra da estrada de Vale Figueira, considera que disseram os dois o mesmo, isto é, o senhor presidente disse que surgiu um defeito e como os defeitos surgem no final da obra, após a obra, portanto se surgem defeitos é uma obra defeituosa, não obstante estar dentro da garantia. Se a empresa está a resolver o problema, tanto melhor para o município.

– Cecília Martins, bancada do Chega

Aludiu que existe um veículo que se encontra em estacionamento abusivo há vários anos na rua Ruy de Sousa Vinagre, em Alcochete, a ocupar um lugar de estacionamento, quando o estacionamento em Alcochete é insuficiente. Solicitou que sejam tomadas medidas para o mesmo ser rebocado do local.

Realçou o facto de existir muitas cadeiras partidas na Piscina Municipal, apesar de este equipamento, recentemente, ter sido alvo de intervenção.

Transmitiu que teve conhecimento na presente semana que uma pessoa se encontrava a dormir nas ruas do Samouco. Questionou se o executivo municipal tinha conhecimento desta situação e se foram tomadas algumas medidas de cariz social em relação a este assunto.

– Presidente da câmara

Quanto ao estacionamento abusivo, explicou que a remoção de viaturas da via pública não é um processo tão simples como aparenta ser, ou seja, quando se deteta viaturas estacionadas de forma abusiva, é necessário encontrar o seu proprietário, comunicar a este para a remoção do veículo que de acordo com a legislação são cerca de 30 dias que se tem de dar para que a viatura seja recolhida do local. Se, porventura, não houver resposta por parte do proprietário, ao fim dos 30 dias é acionado um procedimento para retirada do veículo, contudo, o procedimento não é realizado de forma avulsa. Informou que existe, no Estaleiro Municipal, um local para albergar todas as viaturas que são recolhidas e só quando o local estiver todo preenchido é que é lançado um procedimento concursal para abate das viaturas, processos que no âmbito da contratação pública são morosos. Salientou que, ao longo de 6 anos, foram enviadas para abate mais de 40 viaturas, um número que considera extraordinário, mas que não é difícil de acontecer face àquilo que é a conjuntura atual e a comercialização, praticamente diária, destas viaturas a baixo valor.

Em relação à Piscina Municipal, como a deputada afirmou, foi levado a efeito um conjunto de obras neste equipamento, não abrangeu, naturalmente, todo o equipamento em si, dado ter sido uma obra muito focalizada nas questões relacionadas com a eficiência energética, contudo, todas as cadeiras foram substituídas por equipamentos novos, tendo sido adquiridas cadeiras a mais, no sentido de se poder preconizar a substituição quando necessário, portanto, não existe motivo para existirem cadeiras partidas porque existe *stock* para as substituir. Se existem cadeiras partidas, à data de hoje, facto que desconhece, bem como a senhora vereadora do pelouro, só poderá ser porque o equipamento adquirido é de muito má qualidade e partem-se facilmente ou porque existe uma grande falta de civismo e cidadania para com aquilo que é património público.

Relativamente ao cenário de uma pessoa que há dois ou três dias apareceu a dormir nas ruas do Samouco, informou que se tratava de uma pessoa que fez o mesmo em Alcochete. Essa pessoa está identificada, lúcida e não autoriza que os serviços da câmara municipal, nomeadamente da Ação Social contactem a

família, porque na sua versão está de passagem, rejeitando todo e qualquer tipo de ajuda.

Ao abrigo da alínea f), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:

- Diogo Mourão, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Louvor “Coletividades do Concelho”:

«Os elementos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio apresentar um Voto de Louvor às diversas coletividades do concelho de Alcochete que recentemente comemoraram os seus aniversários.

Assim sendo louvamos:

- O Grupo Desportivo Alcochetense, fundado a 1 de janeiro de 1937, pelo seu octogésimo sexto (86.º) aniversário;
- O grupo Desportivo da Fonte da Senhora, fundado a 15 de janeiro de 1983, pelo seu quadragésimo (40.º) aniversário;
- A Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898, fundada a 15 de janeiro de 1898, pelo seu centésimo vigésimo quinto (125.º) aniversário;
- A Associação Cultural Recreativa e Desportiva do Rancho Folclórico de Danças e Cantares do Passil, fundada a 19 de janeiro de 1991, pelo seu trigésimo segundo (32.º) aniversário;
- O Clube Taurino de Alcochete, fundado a 18 de fevereiro de 1998, pelo seu vigésimo quinto (25.º) aniversário.

Louvamos o concelho de Alcochete, na pessoa o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alcochete, Fernando Pinto, pelo 125.º (centésimo vigésimo quinto) aniversário de Elevação de Alcochete à categoria de concelho; feito histórico para a nossa terra que remonta a 15 de janeiro de 1898.

Congratulamos a freguesia de São Francisco, na pessoa do Exmo. Senhor Presidente, João Santos, pela comemoração do 38.º aniversário da Elevação de São Francisco a freguesia, no passado dia 29 de janeiro.

Congratulamos ainda a freguesia do Samouco, na pessoa do Senhor Presidente, Leonel Fina, também pela Elevação do Samouco a Vila, na comemoração do seu 18.º aniversário, no passado dia 28 de janeiro, que de acordo com a Lei n.º 26/2005, em “Diário da República” oficializou a elevação do Samouco a vila.

São os três principais marcos das três freguesias do nosso concelho que voltaram a ser comemorados com toda a pompa e circunstância.

Solicita-se, assim, à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 28 de fevereiro de 2023, que este Voto de Louvor seja votado e remetido para todas as entidades acima mencionadas.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

– Ana Maduro, bancada do PS

Apresentou a seguinte Moção “Viva a Escola Pública!”:

«Neste momento mais conturbado da vida da Escola Pública importa começar por saudar todos aqueles que, ao longo destes 49 anos de Liberdade, a construíram e afirmaram: os eleitos locais, regionais e nacionais, os diferentes

decisores e construtores de pensamento e, muito especialmente, os que nos territórios educativos, sendo professores, pessoal técnico, assistentes operacionais e administrativos de todo o país, com os seus desempenhos têm contribuído para mais e melhor educação.

Efetivamente, a Escola Pública, tal como o Poder Local Democrático, tem-se constituído como uma das mais importantes conquistas de Abril, contribuindo em diferentes vertentes para o desenvolvimento do País, como um todo coeso, dando força a um povo resiliente que, nas suas gentes mais novas tem uma das suas maiores riquezas e, sobretudo, perspetiva de futuro. Se dúvidas existissem, os exigentes e duros anos que passámos em Pandemia deixam bom testemunho deste importante papel.

Assim, é preciso reconhecer os avanços e as políticas que, nomeadamente nos anos mais recentes, se têm vindo a desenvolver, com impactos estruturantes através de múltiplos projetos de inovação com vista à modernização e flexibilização curricular, a autonomização das escolas, a facilitação da partilha de práticas entre escolas, o alargamento das áreas de ensino público, o melhoramento dos instrumentos de avaliação, o reforço da digitalização da educação, o acesso a manuais escolares gratuitos, o reforço das práticas de inclusão, a atribuição de computadores aos alunos, o desbloqueamento da contagem de tempo de serviço e recuperação de parte do tempo de serviço congelado, bem como o aumento do número de vagas do quadro.

Conscientes de que as sequelas das crises financeiras anteriores não sararam completamente, importa, no entanto, reconhecer que é determinante a valorização das carreiras dos docentes e dos não docentes, o fim das vagas na progressão e das quotas na avaliação relacionadas com o acesso aos 5.º e 7.º escalões na carreira docente, o combate à precariedade docente através de um modelo de vinculação dinâmica, o fim da desburocratização da educação, a correção das ultrapassagens na carreira e nos concursos, a redefinição territorial dos chamados Quadros de Zona Pedagógica, que se traduza numa efetiva aproximação da residência de cada um dos profissionais, o regresso a um modelo de gestão democrática dos estabelecimentos de educação, a

alteração do atual regime de mobilidade por doença, bem como uma atenção particular para aspetos relacionados com as especificidades de outras carreiras ligadas à resposta educativa nacional, nomeadamente do pessoal técnico, dos assistentes operacionais e do pessoal administrativo.

É por isso que a bancada do PS da Assembleia Municipal em solidariedade com a luta dos profissionais de educação, considera absolutamente relevante que, no decorrer da atual ronda negocial, entre os sindicatos dos docentes e o Governo, assim como em outros momentos em que se reúnam Governo e sindicatos representativos de outros profissionais de educação e de outros profissionais cuja ação tem igualmente impacto na vida das comunidades educativas, se consiga, com abertura e com consciência dos constrangimentos do País, mas também das reais necessidades dos profissionais, percorrer um caminho justo e correto, no sentido de ir ao encontro das necessidades dos profissionais, escolas e alunos e as justas reivindicações.

Que esta Moção seja votada e endereçada aos seguintes órgãos:

- Setor de educação da Câmara Municipal de Alcochete;
- Agrupamento de Escolas de Alcochete;
- Ministério da Educação.»

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- João Pedro Louro, bancada do PSD

Congratulou-se pela apresentação desta Moção por parte da bancada do Partido Socialista, nomeadamente por dois motivos:

1. Porque é fundamental e imperativo que se ultrapasse aquela que é hoje a realidade da Escola Pública e a divergência que existe, hoje, entre os professores, não professores e o Governo. E é imperativo ultrapassar esta questão porque aquilo que se vive hoje na Escola Pública prejudica, sobretudo aqueles que devem beneficiar do ensino, que são de facto os alunos aqueles que infelizmente são alunos mais desfavorecidos,

porque quem tem dinheiro, naturalmente, paga explicações, tem dinheiro para colocar os educandos nas escolas privadas e quem não tem é prejudicado;

2. Porque esta Moção vem contrariar e arrasar por completo e em toda a linha aquela que tem sido a atuação do Governo nesta matéria e porque enaltece a Escola Pública quando, hoje, as escolas privadas nunca ganharam tanto dinheiro e estão completamente esgotadas no seu limite.

Aborda a atribuição dos computadores aos alunos, mas quando os alunos mais necessitavam, no tempo da Pandemia, os mesmos não chegaram às suas casas.

Fala dos quadros de Zona Pedagógica quando os professores continuam a ter de se deslocar centenas de quilómetros para cumprir a sua missão.

Deseja a valorização da carreira de docente, quando aquilo que se assiste a nível nacional é o Governo a tentar colocar a opinião pública contra justamente os professores. Aliás, aquilo que se assiste a nível nacional é a um completo desnorte ao nível da educação, veja-se a recente revisão do acesso ao ensino superior, onde houve a particularidade de a ministra do Ensino Superior chamar à atenção do Ministro da Educação para não acabar com os exames nacionais.

Portanto, saúda a apresentação desta Moção porque de facto coloca algum Norte, alguma atenção, justamente ao Governo do Partido Socialista.

– Presidente da assembleia

Propôs que o Moção também fosse endereçada à Assembleia da República, dado ser o órgão onde é discutido as questões da educação.

Depois, porque é professor realçou que trabalha numa profissão que tem uma particularidade que é única, ou seja, onde é possível ser contratado por tempo indeterminado, através dos contratos a prazo, o que quer dizer que é possível

estar no ensino 15 anos a contratos a prazo. O seu protesto é por os professores não serem iguais aos outros na profissão.

Submetido à votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade, com inclusão proposta.

» Álvaro Costa apresentou a seguinte declaração de voto, em nome da CDU:

«Votamos a favor desta Moção, porque efetivamente ela é um diagnóstico correto daquilo que de algumas coisas positivas que têm sido feitas ao longo dos anos e, o contrário é que seria de estranhar, no entanto, efetivamente ela não corresponde à medida diária e prática política do Governo, no sentido de dar o ênfase, as condições para que a Escola Pública seja efetivamente uma escola pública digna e que sirva as populações de acordo com as suas necessidades.

Portanto, pensamos que esta Moção sendo positiva, contraria efetivamente uma prática política do Governo em funções e por isso a nossa posição no que diz respeito ao voto. Esperamos que com o envio desta Moção para além destas entidades e a que o senhor presidente propôs, que nós concordamos, que a mesma seja enviada ao Ministro da Educação, ao Gabinete do Primeiro-ministro e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República para que também em sede própria possam ajudar com esta Moção, pode vir a acontecer, ajudar a pôr as coisas efetivamente no sítio certo.»

– Mafalda Catalão, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Saudação “Dia Internacional da Mulher”:

«Comemora-se mundialmente a 8 de março o Dia Internacional da Mulher.

Esta comemoração deveu-se ao facto de no dia 8 de março de 1917, na Rússia, milhares de mulheres se reunirem em protesto, que ficou conhecido como “Pão e Paz”.

Nesse protesto de 1917, as mulheres reivindicaram por melhores condições de trabalho, cansadas pelas longas jornadas de trabalho e salários baixos, pelo direito ao voto que lhes era negado, assim como contra as dificuldades decorrentes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Foi já em 1975 que esta data foi oficializada como o Dia Internacional da Mulher, quando a ONU homenageou todas as mulheres por todas as suas lutas e conquistas alcançadas.

Ao longo dos anos, muitas têm sido as lutas para que a Mulher seja uma voz ativa na sociedade, para que a igualdade de condições sociais, laborais e salariais sejam uma realidade.

As desigualdades ainda existem, mas enquanto este dia for assinalado, todas as mulheres que deram a cara à luta pelos seus direitos serão homenageadas pela coragem de nunca terem baixado os braços, em prol dos seus direitos e todas as outras estarão um pouco mais perto dessa conquista.

Os elementos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio saudar o papel da mulher na sociedade e toda a luta das mesmas para que os seus direitos nunca sejam negados e sim respeitados.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que a bancada da CDU iria votar favoravelmente esta Moção, contudo em termos históricos existe uma inverdade na mesma. Efetivamente o que a Moção refere é verdade, porque em março de 1917 as mulheres russas se revoltaram contra os czares pela forma como o povo russo estava a viver, isto

é, miseravelmente. E foi na base deste protesto e outros que aconteceu a revolução de outubro, no entanto, também há que referir que esta data também teve como forte alicerce o facto de em 1909, nos Estados Unidos da América uma entidade patronal ter encerrado as suas empregadas na fábrica e ter posto fogo a esta. Por isso diz que em termos históricos a Moção refere uma verdade, mas incompleta. Considera que quando se passa informação para as pessoas, para o enriquecimento do conhecimento, têm-se de ter mais cuidado para que a informação seja clara.

Submetido à votação, o Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

– Ana Brandão, bancada da CDU

Apresentou a seguinte Moção “Dia Internacional da Mulher”:

«Considerando que em 2023 se assinala 48 anos da primeira comemoração em liberdade do Dia Internacional da Mulher a 8 de março, acontecimentos cujo significado advém do 25 de abril de 1974, uma Revolução que alterou radicalmente o estatuto das mulheres e da sua situação no plano jurídico e de facto que abriu novos caminhos na sua luta pela igualdade e pela emancipação;

Considerando que as políticas de direita, que têm marcado a vida nacional, provam todos os dias a sua incapacidade de cumprir a igualdade de direitos e de oportunidade para as mulheres e que da ação da atual maioria parlamentar e do Governos PS, decorrem novos perigos de retrocessos na sua situação e nos seus direitos;

Considerando que desta realidade emergem novos problemas que condicionam a vida das mulheres e significam subalternização, humilhação e sobre-exploração como são a precariedade e instabilidade laborais, a privação de meios de subsistência, a perda de direitos particularmente respeitantes à função da maternidade, as gravidezes precoces nas adolescentes, o tráfico de mulheres para a prostituição, a violência doméstica e os maus-tratos.

A CDU exorta as mulheres portuguesas a transformarem as comemorações do Dia Internacional da Mulher, numa vigorosa jornada nacional de luta que afrente e responsabilize a atual maioria PS pelo agravamento das suas condições de vida e de trabalho e pelos graves retrocessos nos seus direitos específicos.

A CDU, exorta, ainda as mulheres portuguesas a reforçarem a sua unidade e ação organizada em torno de problemas e interesses comuns, marcando presença na manifestação nacional das mulheres, nos próximos dias 4 e 11 de março, no Porto e Lisboa, respetivamente, na luta pelo exercício pleno dos seus direitos económicos, sociais, laborais, políticos e culturais fazendo do ano de 2023, um marco importante da luta organizada de mulheres por uma política alternativa à política de direita e que garanta:

- Os direitos laborais, o acesso e a segurança no emprego, salários dignos e respeitadores do princípio “a trabalho igual, salário igual”, que respeite os direitos da maternidade-paternidade, como função social do Estado, que proíba todo o tipo de discriminações diretas e indiretas baseadas no sexo;
- O acesso universal a todas as cidadãs e cidadãos ao Sistema Público de Segurança Social com a melhoria significativa das prestações sociais e uma adequada política social de combate à pobreza e em prol dos grupos sociais mais vulneráveis;
- Medidas efetivas de combate à prostituição e ao tráfico de mulheres e crianças para efeitos de exploração sexual, atacando as causas económicas e sociais que estão na sua base e penalizando severamente as redes de tráfico.»

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Diogo Mourão, bancada do PS

Referiu que a Moção que deveria servir para marcar uma data e um marco importante é aproveitada para fazer algumas críticas às políticas seguidas, que na sua opinião deveria era para servir à reflexão. Questionou a bancada da CDU se sabiam como é a vida das mulheres em países liderados por regimes do Partido Comunista.

Não pode votar a favor desta Moção, porque a mesma não reflete o caminho que tem sido feito ao longo de décadas na progressão da igualdade entre homens e mulheres com variadas propostas de Lei, como por exemplo a Lei da Paridade. Saúda todas as mulheres do mundo, mas não concorda com a Moção, por esta não refletir a realidade em que acredita.

– Ana Brandão, bancada da CDU

Aludiu que não lhe interessava o que se passa nos outros países, mas sim o que se passa no seu País. Relativamente à Lei da Paridade mencionou que a mesma se deve a uma luta ganha pela CDU e PCP. Não considera tenha havido uma evolução, bastando para isso ver o que se passou na altura da pandemia, em que as primeiras pessoas a serem despedidas foram, maioritariamente, mulheres.

– Presidente da assembleia

Referiu que o problema da Moção é misturar política com a essência da questão, ou seja, o segundo parágrafo refere: “que da ação da atual maioria parlamentar e de Governo PS, decorrem novos perigos de retrocessos na sua situação e nos seus direitos”, contudo a constituição da República Portuguesa que é um documento de base para a feitura de todas as Leis, diz que ninguém pode ser discriminado pelo sexo. Não percebe como é que no mundo atual se pode dizer que é possível voltar atrás, porque não é possível, a Constituição proíbe essa discriminação com base no sexo. Quanto aos despedimentos, provavelmente, o que aconteceu foi o despedimento de mulheres que se encontravam com contrato a termo, o que é diferente, não foram despedidas

pelo facto de serem mulheres, porque quem está a efetivo não é despedido, a não ser por extinção do posto de trabalho ou outra situação.

– Ricardo Loureiro, bancada do PS

Evidenciou que considera engraçado o facto de aquando da apresentação da Moção anterior, a bancada do PS ser corrigida pelo facto de que faltar informação em relação às mulheres, um acontecimento histórico da América, contudo agora, não se quer saber das mulheres do mundo, é uma Moção exclusiva para as mulheres portuguesas. Para a bancada do PS, é um dia histórico e internacional e todas as mulheres contam.

Seguidamente, questionou em que bases estatísticas a CDU se baseia para dizer que foram mais mulheres despedidas na altura da pandemia. Asseverou que a violência doméstica, que infelizmente acontece tanto para homens como para mulheres é um problema que o Governo PS sempre tentou combater e sempre deu a máxima prioridade, portanto, dizer que o Governo nada fez, que as preocupações nunca existiram não lhe parece certo. Comparar aquilo que era os direitos das mulheres há 30 anos, em que 80% da Democracia foi governada pelo PS, com aquilo que é hoje, só quem não conhece a história da Democracia pode dizer que o PS nada contribui para a sua evolução. O atual Governo continua nessa senda e no caminho daquilo que é uma política de igualdade, que nem deve ser discutida a inexistência dela, porque presentemente, está alcançada.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que esta Moção, como qualquer Moção, é política, porque a política é vida, não existe nada que não seja política e quando se começa a invocar o não político, considera que é preciso cuidado. O que não é político é o que não existe, por conseguinte, todos os atos humanos são fundamentalmente políticos e é nesse contexto que se está a falar no dia 8 de março, que é o “Dia Internacional da Mulher” e se está a analisar a situação das mulheres do nosso país, independentemente da solidariedade que existe para com todas as

mulheres do mundo. É verdade que o Partido Socialista foi construtor da realidade até hoje, porém não foi só o Partido Socialista, veja-se os Decretos-Lei, as Leis aprovadas na Assembleia da República e os grupos parlamentares que mais apresentaram projetos para a defesa das mulheres. Portanto, não existe a questão de ser ou não ser, existe uma questão de realidade que se pode constatar, isto é, as mulheres continuam a ser discriminadas, independentemente de a Lei contrariar, inclusive a Constituição da República. A CDU sempre exigiu que a Constituição da República fosse cumprida, neste e outros aspetos e, sim, considera que foram dados passos atrás, se não, porque foram encerradas maternidades, porque se fecham alas de pediatria, que dificultam os casais, mas são as mulheres que são mais prejudicadas. A situação está melhor que aquando do 25 de Abril, contudo não está como devia estar e não está devido às políticas que têm sido praticadas ao longo dos anos.

– Cecília Brandão, bancada do Chega

Salientou que iria votar a favor desta Moção porque é a favor dos direitos das mulheres, contudo, não quis deixar de referir que lamenta que em outros países, em regimes comunistas, as mulheres não tenham os mesmos direitos.

Submetida à votação, a Moção foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor (1 do PS, 5 da CDU, 1 do PSD e 1 do Chega), 1 voto contra do PS e 15 abstenções (13 do PS e 2 do CDS-PP).

» Diogo Mourão, apresentou a seguinte declaração de voto, em seu nome:

«Abstenho-me nesta votação, não por não saudar todas as mulheres do mundo, mas por achar que a Moção da CDU não reflete o caminho que, particularmente o nosso país tem feito na luta pela igualdade de género e no combate às desigualdades que, infelizmente, ainda marcam alguns nichos da sociedade.»

– José Tavares, bancada do PS

Apresentou a seguinte Declaração Oral “Sentimento de Pesar pelas vítimas dos sismos da Turquia e da Síria”:

«A bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Alcochete quer manifestar o seu sentimento de pesar relativamente às vítimas dos fortes sismos que ocorreram na Turquia e na Síria, onde morreram dezenas de milhares de pessoas e mais de 100 mil ficaram feridas.

Para além da catástrofe humana a população destas regiões viu ainda as suas casas destruídas, assim como as estruturas de apoio no seu quotidiano, que irá ter um forte impacto social e nas suas economias.

Queremos realçar o espírito de entrega e ajuda das várias equipas de resgate que salvaram muitas pessoas entre os escombros deixados pelos fortes terremotos, estando Portugal também presente com o seu destacamento para ajudar esta população tão necessitada nestes momentos.

Será importante toda a ajuda humanitária que chegue a estas regiões coordenada pelas várias agências internacionais e onde Portugal como país membro da União Europeia deverá estar presente, uma vez que nestes momentos mais importantes que as divergências de cariz político são as populações.»

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Mencionou que a bancada da CDU estava solidária com esta declaração e que também lamentava profundamente o sucedido. A natureza muitas das vezes não perdoa e os humanos são aqueles que mais sofrem e não só, numa situação de catástrofe não há ninguém que saia incólume, do humano ao mais simples animal. São desastres naturais e a solidariedade humana, independentemente daquilo que diferencia cada um de nós, é extremamente importante.

– Diogo Mourão, bancada do PS

Apresentou a seguinte Declaração Política “Reposição da NUT III da Península de Setúbal”:

«Por diversas vezes, vieram a esta Assembleia Moções e Declarações Políticas que visavam a necessidade de reposição da Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT) III da Península de Setúbal.

Após diversos avanços e recuos, chegou a luz verde de Bruxelas e o Governo aprovou no passado mês de novembro a constituição de novas NUTS no nosso território. Esta medida vem emendar um erro vindo de 2013 quando, por decisão da maioria PSD/CDS, foram eliminadas NUTS III da Grande Lisboa e Península de Setúbal. Como já foi por diversas vezes referido, em causa estava o facto da NUT II – a Área Metropolitana de Lisboa (AML) – ser considerada região mais desenvolvida por apresentar um PIB per capita superior a 100% da média do PIB da União Europeia. Contudo, este PIB da AML esconde desequilíbrios económicos, pois na verdade a Península de Setúbal regista um PIB per capita um pouco acima de 50% à referida média da União Europeia, o que a coloca completamente fora dessa classificação de região mais desenvolvida.

Foi assim proposto pelo Governo à Comissão Europeia uma nova NUTS II e III da Península de Setúbal e uma NUTS II e III da Grande Lisboa.

Caso seja aprovada, esta proposta fará com que a Península de Setúbal possa ter taxas de comparticipação de quadros comunitários definidas pelos próprios indicadores e não fortemente influenciadas pelos indicadores da Grande Lisboa.

Esperamos, com grande entusiasmo, a conclusão deste processo que após longos anos de espera, parece estar finalmente encaminhado. Apenas desta forma, a Península de Setúbal terá acesso a melhores condições de financiamento no quadro comunitário e apenas desta forma conseguirá trilhar o caminho para se tornar numa região mais desenvolvida.»

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que a bancada da CDU se congratula por esta declaração política, recordando que na altura quando as NUTS foram modificadas, as forças políticas do país e forças políticas do distrito de Setúbal, falando em nome da CDU e do Partido Comunista Português que integra a CDU, mostraram frontalmente contra o que está descrito na declaração agora apresentada. Na altura disseram que aquela implementação iria prejudicar o nosso país e o distrito de Setúbal, que era uma injustiça e, por conseguinte, havia que reverter a situação. Ainda bem que agora se colocou tudo no sítio e se voltou a ter essa questão resolvida, porque não há dúvidas que nem todos os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, nem todas as regiões dentro dos distritos estão ao mesmo nível e, portanto, a tábua rasa que foi efetuada na altura, mal, prejudicou extremamente o distrito de Setúbal, porém, quem se levantou e opôs, não foram muitos.

- Ana Maduro, bancada do PS

Relembrou que na presente semana fez um ano que a guerra da Ucrânia começou, uma guerra sem fim e para que a mesma não caía em esquecimento, porque tem havidos muitos crimes de guerra, muitas mortes, muita destruição, em que um país está completamente arrasado, propôs a realização de 1 minuto de silêncio pelas vítimas da guerra da Ucrânia, bem como pelas vítimas dos sismos da Turquia e da Síria.

Submetido à discussão e votação, o minuto de silêncio foi aprovado por unanimidade.

Foi cumprido um minuto de silêncio, em memória das vítimas.

- Ana Maduro, bancada do PS

Felicitou a realização do Carnaval nas freguesias de Alcochete e Samouco, onde as ruas se encheram de cor e de alegria.

Felicitou a freguesia de S. Francisco pela iniciativa “Bibliotecas de Rua”, uma forma de promover, apoiar e divulgar a importância da leitura, do conhecimento através dos livros, assim como o lema “Leva, lê e trás”, quer na entrada da junta de freguesia, quer do Centro Escolar, onde foram colocadas umas originais estantes amarelas que não passam despercebidas a ninguém, que não são mais que frigoríficos que foram reciclados e, portanto, é uma forma de reutilizar, de renovar e também promover bons hábitos de leitura.

Mais felicitou a freguesia do Samouco pela iniciativa “Samouco, Vila de Afetos”, celebrada no passado dia 14 de fevereiro, através da equipa de Saúde Escolar da Unidade de Saúde Pública de Alcochete em parceria com o Agrupamento de Escolas de Alcochete e com o envolvimento da junta de freguesia e comunidade local, que procurou evidenciar a importância da manifestação de afetos para o bem-estar.

Também felicitou a Junta de Freguesia de Alcochete pela iniciativa “Festival do Chocolate” que incluiu um programa de animação com música, comes, bebes e muito chocolate. Uma atividade que alegrou o último fim-de-semana que decorreu no Jardim do Coreto, trazendo à população à rua (apesar do frio) e que teve como momento alto o espetáculo de Miguel Azevedo.

Por último, felicitou a Câmara Municipal de Alcochete, na pessoa do senhor presidente, pela excelente prestação obtida no que diz respeito à avaliação efetuada pelos consumidores à performance da resposta às reclamações apresentadas pelos consumidores durante o ano de 2022. A Câmara Municipal de Alcochete ficou posicionada em segundo lugar no Portal da Queixa, um projeto inovador na Europa, lançado em 2009, e que revelou que o índice de satisfação do município ficou nos 81,2%.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Registou-se a intervenção do munícipe Ricardo Teixeira, residente em Alcochete, relembrando que na Sessão da Assembleia Municipal realizada em 30 de junho apresentou o mesmo assunto, ou seja, a existência de um caniçal na sua rua, situação que se arrasta há 4 anos. Nessa altura o senhor presidente da câmara informou-lhe que passados 20 dias da notificação aos proprietários, o problema seria resolvido.

Informou que passados menos de 20 dias da notificação aos proprietários foi surpreendido na sua casa pelo dono do terreno, que numa atitude bastante arrogante lhe disse que ninguém iria fazer nada. Naquele momento pensou que se trataria apenas de uma atitude infantil, mas o que é facto é que passados 8 meses o caniçal continua no local. Após muita insistência a enviar *emails* para saber porque passados 3 meses da data da Assembleia Municipal nada ter acontecido, foi convocado para reunir com o vereador Pedro Lavrado, acompanhado de mais 2 pessoas para, na sua opinião, o tentarem dissuadir da interpretação da Lei. Passado algum tempo recebeu uma carta da autarquia a informar-lhe exatamente daquilo que tinha sido dito na reunião, ou seja, que as canas poderiam estar a 10 metros das casas e que no caso se encontravam a 13 metros. Após o recebimento desta comunicação, pediu ao seu advogado para enviar comunicação à câmara municipal a explicar a Lei (tendo-se passado desde então 4 meses), facto que originou o vereador Pedro Lavrado a solicitar um segundo parecer jurídico e, então assim, pela terceira vez a autarquia vai notificar os proprietários. Questionou qual o ponto e situação do assunto.

– Presidente da câmara

Começou por informar que tem acompanhado o assunto, contudo existirão determinados detalhes que provavelmente não iria conseguir explicar, dado ser o vereador Pedro Lavrado que está a acompanhar a questão de forma mais premente. Seguidamente, referiu que existe uma linha que separa a vontade do executivo e aquilo que é possível fazer do ponto de vista jurídico. Para si, da leitura que fez da legislação, não sendo aquela zona florestal, até porque não

existe zona florestal no concelho de Alcochete, julga que são os 10 metros que terão de ser cumpridos, sendo que o coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil também é da mesma opinião. Informou que dada a reclamação teve o cuidado de passar no local, tendo constatado que existe o caniçal, implementado num terreno privado, porém entre este e a casa do munícipe existe uma estrada que no mínimo terá de ter 6 metros, depois tem o passeio e o muro da residência e, assim sendo, na altura o seu pensamento foi de que não conseguia perceber a reclamação, porque a distância do caniçal à moradia do munícipe é seguramente superior a 10 metros.

Contudo, no dia de ontem, teve oportunidade de falar com o vereador Pedro Lavrado sobre o assunto, tendo este lhe dito que aquando da primeira reclamação foi efetuada a notificação junto do proprietário, mas como nada foi executado, foi solicitado um parecer jurídico. Este parecer referia que de acordo com a legislação, teriam de ser cumpridos os 10 metros. Entretanto, o senhor Ricardo apresentou uma versão jurídica de um seu advogado e, parece, que da reapreciação, não sabendo se foi efetuada pelo mesmo jurista ou por outro, existe uma versão diferente. Entretanto, no dia de hoje, não teve oportunidade de falar com o vereador Pedro Lavrado, pelo que é a única informação que pode prestar.

Ainda referiu que não conseguia explicar porque é que o proprietário do terreno lhe foi bater à porta e que o executivo da câmara municipal era alheio a esse facto.

– Munícipe Ricardo Teixeira

Mencionou que se o senhor presidente efetuar uma pesquisa através do *google* sobre “regras de distância de metros de residências” irá encontrar centenas explicações de várias câmaras municipais do país onde fazem essa referência e que dizem exatamente as distâncias. Não se trata de floresta, mas de mato e caniçal e pela forma como se está a propagar, irá ter uma dimensão imensa, não existindo só o perigo de incêndio, mas também a acumulação animal.

Realçou que, no dia de ontem, recebeu uma carta da câmara municipal, desta vez a dar-lhe razão e a informar que iriam notificar o proprietário, o que acontece pela terceira vez. Como o senhor presidente na assembleia municipal de 30 de junho referiu que quando os proprietários não atuam, compete à autarquia assumir essa função, questionou se o senhor presidente se comprometia novamente a resolver o problema, a partir do dia 30 de abril, que é quando acaba o prazo para os proprietários.

- Presidente da assembleia

Mencionou que, no dia de hoje, tinha falado com o senhor vereador Pedro Lavrado, tendo este lhe transmitido que a situação iria ser resolvida, dado que presentemente tem um parecer jurídico que lhe permite avançar para a resolução, sendo que a notificação é o primeiro passo do processo.

- Presidente da câmara

Considera que a leitura feita pelo senhor Ricardo à legislação, na sua ótica não é tão linear quanto realizar uma pesquisa no *google* e aludiu que não se iria substituir a um jurista. Ao lhe perguntar se vai resolver, responde vai fazer de tudo para resolver o problema na medida daquilo que do ponto de vista jurídico lhe seja imputado. Se o vereador Pedro Lavrado diz que agora tem um parecer que lhe recomenda que o caniçal deve ser cortado, é o que irá ser realizado e por isso é que se tem que notificar o proprietário pela terceira vez, contudo, se nada for executado por este, terá que se tomar posse administrativa do terreno junto do tribunal para realizar a intervenção, dado que não se pode entrar dentro de um terreno privado só porque se notificou o proprietário e começar a cortar as canas.

- João Santos, bancada do PS

Na qualidade de presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco, informou que o senhor Ricardo era freguês da freguesia de S. Francisco, contudo o terreno mencionado pertence à freguesia de Alcochete, alertando de que não

se está a falar de um terreno, mas de dois e, conseqüentemente, de dois proprietários diferentes.

Seguidamente, o presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo por um período de 5 minutos, o que foi aceite por unanimidade.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A assembleia tomou conhecimento.

PONTO 2 – INTEGRAÇÃO DO SALDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO ANO DE 2022

- APROVAÇÃO DO MAPA DA DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DO ANO DE 2022**
- 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR'S) DE 2023**

Proposta aprovada por maioria, com 5 votos a favor do PS e 1 abstenção da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 16/02/2023:

«Prevê o artigo 81.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2023 (LOE 2023), que após aprovação do mapa “Demonstração do Desempenho Orçamental” pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o Saldo da Gerência da Execução Orçamental.

Refere ainda o n.º 6, do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 11 de setembro, na sua redação atual, que “sem prejuízo dos n.ºs 1 e 2, a parte do saldo de gerência da execução orçamental consignado pode ser incorporada numa alteração orçamental, com a aprovação do Mapa dos Fluxos de Caixa pelo órgão executivo, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas.”

É ainda de referir, que o saldo de gerência orçamental do ano de 2022, no montante de €8.793.243,91 inclui o valor de €1.276.850,52 de saldo de gerência orçamental consignado.

Neste seguimento apresenta-se a 1.ª revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) de 2023.

1. A primeira revisão ao Orçamento da Receita reforçou rubricas no montante de €7.775.741,00 referente à introdução do Saldo de Gerência na posse do serviço no montante de €7.516.393,00, destacando-se o montante de €4.882,00 referente às Reposições não Abatidas nos Pagamentos, o montante de €11.199,00 referente à Integração do Jovem e/ou adulto no Mercado Laboral – PEPAL, o valor de €159.926,00 referente à RecolhaBio, o valor de €33.218,00 referente Operação de Reabilitação e Ampliação da E.B.1 do Samouco, o valor de €42.874,00 referente aos Arranjos Exteriores do Fórum Cultural de Alcochete e o valor de €7.248,00 referente ao Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar. Procedeu-se a anulações no montante de €12.130,00, apresentando um saldo positivo no valor de €7.763.611,00.
2. A primeira revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €7.850.521,00 e anulou rubricas no montante de €86.910,00, registando um saldo positivo no montante de €7.763.611,00.

3. A primeira revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €3.830.053,00 que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes.
4. O Plano Plurianual de Investimentos procedeu a reforços no valor de €1.110.597,00, registando um saldo positivo do mesmo valor.
5. As Atividades Mais Relevantes procederam a reforços no valor de €2.719.456,00, registando um saldo positivo no mesmo valor.

Assim proponho:

1. A aprovação do mapa Demonstração do Desempenho Orçamental do ano de 2022 ao abrigo do artigo 81.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro e do n.º 6 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 11 de setembro;
2. A aprovação à primeira revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) de 2023, nos termos do artigo 81.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro:
 - A primeira revisão ao Orçamento da Receita que reforçou rubricas no montante de €7.775.741,00 e anulações no montante de €12.130,00, perfazendo um saldo de €7.763.611,00;
 - A primeira revisão ao Orçamento da Despesa que reforçou rubricas no montante de €7.850.521,00 e anulou rubricas no montante de €86.910,00, registando um saldo positivo no montante de €7.763.611,00;
 - A primeira revisão às Grandes Opções do Plano que reforçou rubricas no montante de €3.830.053,00, que se reflete no Plano

Plurianual de Investimento com um saldo de €1.110.597,00 e nas Atividades Mais Relevantes, com um saldo de €2.719.456,00.

Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

– Presidente da Câmara

Referiu que prevê o artigo 81.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2023 (LOE 2023), que após aprovação do mapa “Demonstração do Desempenho Orçamental” pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o Saldo da Gerência da Execução Orçamental. Anteriormente o Saldo de Gerência era implementado aquando da apresentação do Relatório e Contas do ano transato, que normalmente acontecia no mês de abril.

O Saldo de Gerência Orçamental no ano de 2022 é de €7.516.393,00, acrescido do Saldo de Gerência Orçamental consignado de €1.276.850,52 o que perfaz um total de €8.793.243,91. Relativamente às alterações orçamentais, destacou a incorporação no que diz respeito à receita do Saldo de Gerência, porque lhe parece pertinente do ponto de vista político as ações relacionadas com o ambiente, o valor de €159.926,00, referente à aprovação da candidatura “RecolhaBio”. Na despesa destacou o reforço de algumas rubricas que ficaram insuficientemente dotadas aquando da aprovação de Orçamento para o ano de 2023, €3.830.053,00 que se destinam a reforçar as Grandes Opções do Plano quer ao nível do Plano Plurianual de Investimentos, quer ao nível das Atividades Mais Relevantes, nomeadamente, no que diz respeito à Amarsul, Simarsul, iluminação pública, aquisição de *hardware*, apoio financeiro regular à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, ao restante movimento associativo e equipamento básico para os estabelecimentos de ensino.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 15 votos a favor do PS, 8 abstenções (5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 voto contra do Chega.

- » Cecília Martins apresentou a seguinte declaração de voto, em nome do Chega:

«A bancada do Chega vota contra este orçamento, por não concordar com o mesmo e pelo seu posicionamento ideológico.»

PONTO 3 – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2023

Proposta aprovada por maioria, com 5 votos a favor do PS e 1 abstenção da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 16/02/2023:

«A presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, identifica o número e o perfil dos recursos humanos necessários para assegurar a missão e as atividades do Município de Alcochete neste ciclo de gestão, tendo em consideração a responsabilidade pelo dimensionamento e pelos desafios que emergem do contexto envolvente da autarquia.

A estratégia de recursos humanos delineada pelo Município de Alcochete, implica assim uma verdadeira gestão previsional dos postos de trabalho e das competências necessárias para que a ação global da autarquia seja eficiente e eficaz, ao mesmo tempo que valoriza as pessoas que nela trabalham, procurando criar, as possíveis oportunidades de motivação e desenvolvimento individual.

Desta forma a presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal - tendo em consideração o último Mapa de Pessoal, aprovado em reunião de câmara de 23/11/2022 e sessão da assembleia municipal de 16/12/2022 - reflete para

além da avaliação do impacto das saídas que se têm registado, as necessidades identificadas pelos serviços, em áreas deficitárias.

No que respeita, às restantes movimentações/necessidades, identificadas nos últimos meses, correspondem às seguintes ocorrências:

- 1) Na sequência dos termos das comissões de serviço dos chefes de divisão, por ocasião da reestruturação dos serviços municipais, foram providos cargos de direção intermédia de 2.º grau, em regime de substituição, para as seguintes unidades orgânicas:

DAT – Divisão de Administração do Território;

DEIS – Divisão de Educação e Intervenção Social;

DCDJ - Divisão de Cultura, Desporto e Juventude;

DOMÉ – Divisão de Obras e Manutenção de Equipamentos;

DILT – Divisão de Infraestruturas, Logística e Transportes;

DAHUEV – Divisão de Ambiente, Higiene Urbana e Espaços Verdes;

- 2) Provimento de um cargo de direção intermédia de 3.º grau, em regime de substituição, para o Setor de Educação da DEIS;
- 3) Vacatura de dois postos de trabalho, a termo resolutivo incerto, da carreira de assistente operacional, área de educação da DEIS;
- 4) Vacatura de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de Higiene Urbana/Varredura da DAHUEV, por aposentação do trabalhador;

- 5) Vacatura de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira assistente operacional, área de apoio aos estabelecimentos desportivos, da DCDJ, por falta de provimento;
- 6) Consolidação de mobilidade na categoria noutro organismo, de técnica superior pertencente ao mapa de pessoal desta autarquia, na área de arquitetura, da DAT;
- 7) Consolidação no Mapa de Pessoal desta autarquia, da mobilidade na categoria, de uma técnica superior oriunda de outro organismo, na área de Biblioteca, com afetação à DCDJ;
- 8) Criação dos seguintes postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado:

3 da Carreira de técnico superior

1 Segurança contra incêndios em edifícios o SMPC – Serviço Municipal de Proteção Civil;

1 Técnico Superior Ação Social para a DEIS;

1 Engenheiro Eletrotécnico para a DOME;

1 da Carreira de assistente técnico

1 Administrativo para a DAHUEV;

3 da Carreira de assistente operacional

1 Refeitório Municipal para a DAGR;

2 Bio resíduos para a DAHUEV;

1 Serviços Gerais para a DEIS, ao abrigo do quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da Saúde, nos termos do Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30/01;

1 da Carreira de não revista

1 Fiscal Municipal para a DAT;

- 9) Criação de 2 postos de trabalho, da carreira de assistente operacional – área de refeitório municipal, da DAGR com vínculo de emprego público por tempo determinado, no regime de contrato a termo resolutivo incerto;
- 10) Ocupação de cinco postos de trabalho, com vínculo de emprego público a termo resolutivo certo, da carreira de assistente operacional, área de educação, da DEIS;
- 11) Ocupação de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto, da carreira de assistente operacional, área de educação, da DEIS para substituição de trabalhadora ausente;
- 12) Ocupação de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente técnico, área administrativa de contratação pública, da Divisão de Administração e Gestão de Recursos (DAGR);
- 13) Ocupação, no regime de mobilidade intercarreiras, de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de técnico superior, área Apoio aos Órgãos, do Setor de Expediente Geral, Apoio aos Órgão Autárquicos e ao Município (SEGAOM) da DAGR, por um assistente técnico da área administrativa do mesmo setor de atividade;

- 14) Ocupação, no regime de mobilidade intercarreiras, de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de técnico superior, área de Educação, do Setor de Educação da DEIS, por uma assistente operacional da área de educação do mesmo setor de atividade;
- 15) Ocupação, no regime de mobilidade intercarreiras, de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente técnico, do Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI), por uma assistente operacional do mesmo Gabinete;
- 16) Ocupação, no regime de mobilidade intercarreiras, de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente técnico, área de Tesouraria, do Setor de Gestão Financeira, da DAGR, por uma assistente operacional da área de limpeza de edifícios, da DAHUEV;
- 17) Reafectação de 25 postos de trabalho ocupados, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado:
- 17.1) 1 técnico superior do Setor de Cultura, da DCDJ - área de Educação para a área de Biblioteca da mesma Unidade Orgânica;
- 17.2) 1 assistente técnico da área de contratação pública, Setor de Gestão Financeira da DAGR para o Setor de Gestão de Recursos Humanos da mesma Divisão;
- 17.3) 1 assistente técnico da área de recrutamento e avaliação, Setor de Gestão de Recursos Humanos da DAGR para a área de vencimentos e assiduidade do mesmo Setor;

- 17.4) 3 assistentes operacionais da área de Higiene Urbana/Limpeza de edifícios, da DAHUEV, para a área de serviços gerais, do Setor de Desporto, da DCDJ;
- 17.5) 1 assistente operacional do Setor de Desporto, da DCDJ - área de Nadador Salvador para a área de Desporto da mesma Unidade Orgânica;
- 17.6) 1 assistente operacional do Setor de Cultura, da DCDJ - área de Sonoplastia para a área de Apoio à Produção (Cultura) da mesma Unidade Orgânica;
- 17.7) 6 assistentes operacionais do Setor de Logística e Transportes, da DILT, para a área de Higiene Urbana/Recolha de Resíduos da DAHUEV;
- 17.8) 1 assistente operacional da área de Higiene Urbana/Recolha de Resíduos para a área de Higiene Urbana/Varredura do Setor de Higiene Urbana e Espaços Verdes da DAHUEV;
- 17.9) 9 assistentes operacionais da área de Higiene Urbana/Varredura para a área de Higiene Urbana/Recolha de Resíduos do Setor de Higiene Urbana e Espaços Verdes da DAHUEV;
- 17.10) 1 assistente operacional da área de Higiene Urbana/Varredura para a área de Transportes – Tratorista, Setor de Logística e Transportes da DILT;
- 17.11) 2 assistentes operacionais da área de Espaços Verdes para a área de Higiene Urbana/Recolha de Resíduos do Setor de Higiene Urbana e Espaços Verdes da DAHUEV;

Assim, propõe-se ao Executivo Municipal deliberar no sentido de:

- a) Aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, conforme documentos anexos, nos termos e para efeitos do n.º 2, do artigo 6.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e do n.º 5, do artigo 29.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o n.º 2, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro;
- b) Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Mencionou que esta primeira alteração reflete para além da avaliação do impacto das saídas registadas, as necessidades identificadas pelos serviços, em áreas com algum défice. Com esta alteração ao Mapa de Pessoal irá existir 564 lugares ocupados, incluindo já mais de uma centena de trabalhadores provenientes do processo de descentralização de competências que está por via do pacote financeiro inerente a áreas como a educação, ação social e saúde, mas fundamentalmente em relação à educação. Em termos de emprego novo a proposta é a implementação de 3 membros na carreira de técnico superior, nomeadamente 1 relativo à Segurança Contra Incêndios em Edifícios, que no seguimento das alterações legislativas que ocorreram tornou obrigatório que a câmara municipal tenha dentro dos seus serviços um engenheiro ou arquiteto com competências para se poder desenvolver estudos de segurança contra incêndios. Saliu que, em regra, a autarquia está a realizar normalmente 2/3 projetos por mês, o que perfaz por ano uma média de 45. Tendo em conta o Regulamento de Taxas e Licenças, o valor que se irá cobrar para o efeito dará para pagar o funcionário e ainda sobra dinheiro. Depois, 1 técnico superior de ação social para a DEIS e 1 engenheiro eletrotécnico para a DOME. Criação de um posto de trabalho para 1 assistente técnico para DAHUEV e 3 trabalhadores para a carreira de assistente operacional, 1 para o refeitório municipal e 2 para os bioresíduos. Também 1 para serviços gerais

para a DEIS e ainda 1 lugar de carreira não revista, nomeadamente 1 fiscal municipal para a DAT.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 16 votos a favor (15 do PS e 1 do Chega) e 8 abstenções (5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD).

PONTO 4 – CONTRATO DE ARRENDAMENTO LOJAS RUA COMENDADOR ESTEVÃO DE OLIVEIRA E RUA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – ENCARGOS PLURIANUAIS

Proposta aprovada por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal de 16/02/2023:

«Considerando que:

1. No seguimento da transferência de competências no domínio da Ação Social para os órgãos municipais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, mais especificamente dos Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e de apoio à implementação da Medida de Rendimento Social de Inserção, o Município de Alcochete necessita de integrar mais recursos humanos e, conseqüentemente, mais espaço físico para os acolher.
2. O espaço de funcionamento do serviço de atendimento social exige condições físicas específicas, como acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, uma localização de acesso privilegiado e garantia de condições de privacidade na sala de atendimento.
3. Neste âmbito e tendo em conta a mencionada transferência de serviços e competências descentralizadas e a referida conseqüente necessidade de recursos humanos a afetar, acrescida da falta de condições atuais do edifício da rua do Mercado, urge a necessidade de

contratualizar um espaço alternativo, tornando-se necessário proceder ao arrendamento das lojas, sitas na rua Comendador Estevão de Oliveira e rua D. Nuno Álvares Pereira, por um período de cinco anos, podendo ser renovado por períodos de um ano, até ao limite de cinco renovações.

4. Nesse seguimento são assumidos compromissos de despesa que exigem a necessidade de se efetuarem compromissos plurianuais;
5. A assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea b), do artigo 3.º e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Assim propõe-se:

Que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º e do artigo 24.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e da alínea b), do artigo 3.º e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeter à apreciação da Assembleia Municipal, a Prévia Autorização dos Compromissos Plurianuais para os Anos Económicos de 2023 a 2033 para a “Arrendamento Lojas rua Comendador Estevão de Oliveira e rua D. Nuno Álvares Pereira”, da seguinte forma:

Anos	Valor
2023	16 500,00
2024	18 000,00
2025	18 000,00
2026	18 000,00
2027	18 000,00
2028	18 000,00
2029	18 000,00
2030	18 000,00
2031	18 000,00
2032	18 000,00
2033	3 000,00
Total	181 500,00

A despesa está prevista na classificação Orgânica 04 – Divisão de Educação e Intervenção Social 020204 – Locação de Edifícios.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

– Vereadora Maria de Fátima Soares

Por solicitação do senhor presidente da câmara e autorização do senhor presidente da assembleia, referiu que a necessidade de arrendamento deste edifício surge devido à sobrelotação do serviço de ação social, dada a descentralização de competências, assumidas integralmente nesta área desde o dia 1 de abril de 2022. Os valores recebidos neste âmbito têm sido suficientes e o município tem afetado recursos humanos próprios para coordenar, nomeadamente a medida de RSI, por considerar que o conhecimento integral dos recursos da autarquia são uma grande mais-valia para a reinserção e autonomização social dos beneficiários deste programa.

A rentabilização dos recursos humanos e a futura integração de técnicos superiores de ação social irão permitir que o serviço de atendimento e acompanhamento social que, no momento, é efetuado através do Protocolo estabelecido com a Cercima, no Cais do Sal mais propriamente, permitirá que o município, a partir de junho, assumira esta mesma vertente, isto é, o município chamar a si o serviço contratado com a Cercima. O aluguer deste novo espaço irá permitir transferir todo o pessoal afeto ao setor de ação social, espaço de rés-de-chão (antiga loja do “Novo Banco”), com cerca de 140 m² e terá todas as comodidades e dignidade quer para receber os utentes, facto que não acontece atualmente, onde não existe uma sala para receber os munícipes, quer para os funcionários.

Acrescentou que o processo de transferência de competências da área de ação social tem decorrido de forma normal, sem grandes sobressaltos, e o pacote financeiro têm-se relevado suficiente e comportará a renda deste novo edifício.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 5 – REGULAMENTO INCUBADORA DE NEGÓCIOS – ALCOCHETE UP

Proposta aprovada por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal de 16/02/2023:

«A Câmara Municipal de Alcochete, reconhece a importância que os empresários têm para a economia local, para a população, direta e indiretamente e para com o Município de Alcochete.

No sentido de apoiar e alavancar novos projetos, de jovens e menos jovens, procedeu à criação de um espaço físico com disponibilização de serviços que promovam um *mindset* inovador aos empreendedores e empresários de Alcochete.

Localizada nas instalações do Fórum Cultural de Alcochete, sito na praça da Cultura n.º 87, 2890-166 Alcochete e sob a gestão, promoção e dinamização do Município de Alcochete, a incubadora de negócios é dirigida a promotores de atividades ligadas ao Turismo, Cultura e Tecnologia.

O presente regulamento estabelece as normas de utilização e as regras de funcionamento da incubadora de negócios e tem como objetivos, entre outros, identificar os requisitos dos destinatários, as condições de acesso, os critérios de seleção e as modalidades de incubação.

Na sequência do exposto e, após submissão a consulta pública, de acordo com o artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (Novo Código do Procedimento Administrativo), ultrapassado o respetivo prazo, verifica-se que não foram apresentadas quaisquer propostas.

Assim sendo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar a proposta do regulamento e remeta à Assembleia Municipal.»

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara

Começou por referir que o presente Regulamento surge na sequência daquilo que foi o trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Apoio ao Empresário e Empreendedorismo, em que a aposta na formação como motor de arranque para um Alcochete mais inovador foi a peça chave para iniciar este caminho de transformação. O Município de Alcochete efetuou a requalificação e todas as escolas do concelho oferecendo condições para uma formação de base completa e digna, dando agora viabilidade para o desenvolvimento e implementação de uma incubadora de negócios.

A Alcochete UP é um espaço destinado a empresários e empreendedores de qualquer idade, que pretendam dar vida às suas ideias.

Considerando as condições de acessibilidade da Alcochete UP, a sua proximidade à capital e os seus objetivos estratégicos totalmente coerentes com os objetivos estratégicos do Município, identificou-se como a sua missão: promover e apoiar o empreendedorismo e a criação de novos negócios e como visão: posicionar a Alcochete UP como uma incubadora de referência em Portugal, assente nos valores da Tradição, Valorização e Inovação.

Os objetivos estratégicos da Alcochete UP são:

- Promover e apoiar o empreendedorismo e a criação de novos negócios;
- Impulsionar a valorização profissional para aumentar a capacidade de resposta local;
- Reter e atrair talento;
- Atrair investimento;
- Garantir cooperação entre os vários agentes económicos;
- Fomentar um *mindset* inovador;
- Promover o aumento de rede de contactos e potenciar o dinamismo empresarial;

- Valorizar e otimizar os recursos locais como meio de promoção de desenvolvimento;
- Reforçar a marca “Alcochete” como destino de ações de empreendedorismo e inovação.

A Alcochete UP contribui ainda para a meta 8 dos objetivos de desenvolvimento sustentável: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros.

Esta comunidade de Alcochete UP será compreendida por empreendedores, membros do Conselho Consultivo, mentores e pela equipa Alcochete UP.

As áreas de atuação, tendo em consideração o tecido empresarial do concelho, a localização da incubadora e os objetivos estratégicos do Município de Alcochete para este sector, identificaram-se o Turismo, a Cultura e a Tecnologia como as três áreas de intervenção e dedicação desta incubadora.

As modalidades são:

- *Coworking* - Modelo de trabalho adotado por trabalhadores independentes, nómadas digitais e freelancers, que se baseia na partilha de espaço e recursos físicos não exclusivos;
- Incubação Física – Instalação física dos empreendedores nas instalações da incubadora, com acesso a um vasto conjunto de serviços;
- Incubação Virtual - Proporciona um conjunto de serviços e facilidades semelhantes à Incubação Física, com exceção daqueles relativos à ocupação exclusiva de espaços de incubação.

As instalações serão no espaço destinado à cafetaria do Fórum Cultural de Alcochete, no Piso 0 no regime de *Cowork*, com 8 postos de trabalho, em regime diário ou semanal. Também no Piso 0 haverá um espaço designado de *Lounge*, ou seja, um espaço de lazer e partilha de experiências.

No Piso 1, funcionará a Incubação Física, com 16 postos de trabalho fixo e a sala de reuniões que estará disponível mediante agendamento. Como outros serviços serão disponibilizadas salas de formação, disponíveis mediante disponibilidade e marcação.

As principais ações são:

- Promover iniciativas, eventos e conferências direcionados ao sector empresarial;
- Organizar reuniões de trabalho direcionadas às necessidades identificadas no concelho;
- Fomentar a partilha de experiências de expertises bem como a implementação de boas práticas nos negócios locais;
- Disponibilização de agendamento para apoios a empresários e empreendedores;
- Identificar necessidades formativas no sector empresarial e promover ações de formação e capacitação;
- Criar uma bolsa de parceiros locais;
- Divulgar as chamadas de incentivos, apoios e financiamentos em vigor de projetos empresariais;
- Fomentar sessões de *networking*;
- Conceber e disponibilizar conteúdos e ferramentas de apoio à gestão;
- Realizar um *Bootcamp* de Ideação/aceleração anual;
- Reunião mensal com empreendedores.

Ao longo de todo o ano, haverá espaço para que qualquer munícipe possa contribuir ao ceder ideias de negócio para a bolsa de ideias da Alcochete UP, que poderão ser exploradas por qualquer empreendedor da Alcochete UP.

Julga que o trabalho que foi desenvolvido desde o tempo da pandemia, até aos dias de hoje, só poderia ter este bom-porto, que é dar um passo que privilegia o empreendedorismo num trabalho em rede criando uma dinamização única do ponto de vista da economia circular.

- João Espiga, bancada do PS

Apresentou a seguinte declaração:

«Num mercado competitivo e globalizado, cada vez mais exigente e necessitado de ideias, o empreendedorismo, através da criação de novas empresas ou da revitalização das existentes, desempenha um papel vital no tecido empresarial português, assumindo-se como um vetor preponderante no desenvolvimento dos setores económico e social.

Nesse âmbito, o empreendedor está associado a valências como a criatividade, a inovação e a resiliência. Dotado de um espírito empresarial forte e de uma motivação extra, crê nas suas potencialidades, quando deteta uma oportunidade de negócio e, apesar de correr riscos económicos, acredita afincadamente no modelo de negócios que pretende implementar. São estes atributos que impulsionam o investimento, estimulam a economia, criam emprego, geram riqueza e contribuem decisivamente para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Este modo, tirando partido da posição geográfica estratégica do concelho, ao nível das suas ótimas acessibilidades, com o objetivo de acolher empresas, atrair e reter talentos, portadoras de novas ideias de negócio, a Câmara Municipal de Alcochete, sob a égide do Gabinete de Apoio ao Empresário e ao Empreendedorismo, irá brevemente disponibilizar no Fórum Cultural de Alcochete, um espaço físico comum a várias empresas, que constituirá uma incubadora de empresas, denominado “Alcochete UP”.

Neste espaço, o empreendedor a par do apoio que lhe será prestado, beneficiará, simultaneamente de um conjunto de vantagens, que serão uma mais-valia na implementação do seu negócio, tais como:

- Disponibilização de um espaço apetrechado com os meios digitais e tecnológicos necessários para o efeito;
- Permitir o intercâmbio e a troca de experiências entre as empresas residentes, podendo estabelecer-se uma relação de proximidade;

- Redução significativa dos encargos fixos, fatores que numa fase de investimento inicial do negócio, assumem especial relevância.

Inevitavelmente, o *coworking* não foi esquecido, estando previsto um espaço dedicado aos nómadas digitais, que estão a descobrir o nosso país. O nosso concelho possui inúmeras potencialidades, entre elas a sua privilegiada localização, para atrair este mercado em exponencial crescimento.

Uma palavra final de apreço dirigida ao executivo municipal, trata-se efetivamente de uma ação de carácter inovador que transmite uma visão de futuro para o concelho. A bancada do Partido Socialista deseja os maiores sucessos por esta louvável iniciativa, que pretende dinamizar o meio empresarial concelhio e, simultaneamente, beneficiar o comércio local, tendo sempre por objetivo melhorar o bem-estar da população de Alcochete, atraindo investimento e, conseqüentemente, mais emprego.

Para terminar, transcreve-se do guia prático do empreendedor, a seguinte questão:

Será que um empreendedor precisa de sorte para ter sucesso?

Qualquer que fosse a resposta a esta pergunta seria sempre polémica. Em vez de uma resposta concreta, apresenta-se um provérbio chinês e duas citações, diferentes entre si, para reflexão de quem pretende ser empreendedor.

“Sorte é o encontro do talento e do conhecimento com a oportunidade”, provérbio chinês.

“Eu acredito muito na sorte e tenho constatado que, quanto mais duro eu trabalho, mais sorte eu tenho”, citação de *Thomas Jefferson*.

“O fracasso é a sorte de ter oportunidade de começar de novo, inteligentemente”, citação de *Henry Ford*.

Muito obrigado a todos.»

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Não se registaram intervenções.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 23:55 horas, o presidente da assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Sofia Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A TÉCNICA SUPERIOR,